

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

INCLUSIVE EDUCATION IN THE CHILDREN EDUCATION CONTEXT

Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade*

Gabriela Silva Ferreira**

RESUMO: As políticas públicas de inclusão são um avanço para as pessoas com deficiência, visto que aquelas têm garantido seus direitos, seja na educação, na saúde ou em qualquer outro serviço público. Ao abordar a legislação educacional, além da legalidade conquistada e amparada por um quadro normativo e legal, devemos considerar que o direito à educação implica acesso, permanência e qualidade do ensino. Envolve também a conquista de um espaço educacional que, ao promover igualdade de oportunidades de desenvolvimento pleno das pessoas, faz da escola, além de ambiente para transmissão da cultura e socialização, um espaço para construção da identidade pessoal. Todavia, para que a Educação Inclusiva atinja seus objetivos, além da necessidade de contínua formação e especialização de todos os profissionais envolvidos no processo educativo, torna-se indispensável a efetivação de políticas públicas que proporcione uma educação de qualidade aos alunos com deficiência em todas as etapas da educação básica. Desta forma, o presente artigo teve como objetivo destacar os benefícios da inclusão da criança pequena com deficiência na Educação Infantil. O artigo é um recorte da dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas foi realizado por meio do levantamento de pesquisa bibliográfica, que gerou suporte ao estudo referente à temática da educação infantil no Brasil e ao processo de inclusão de crianças com deficiência na creche. As informações consideraram que a chegada das crianças com deficiência à Educação Infantil é realidade e que a inclusão destas precisa ser assegurada com qualidade.

Palavras-chave: educação infantil. educação inclusiva. crianças com deficiência.

ABSTRACT: *The public inclusion policies are an advance for disabilities people, since their have their rights guaranteed, whether in education, health or any other public*

* Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Endereço: Rua Cavalheiro Ângelo Presoto, 215. CEP: 14401.289 Franca – SP. E-mail: lucimarypandrade@yahoo.com.br. Cel. (16) 9.9108-2881.

** Aluna do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Endereço: Rua Arlindo José Ferreira, 1393. CEP: 14401.199 Franca – Sp. E-mail: gsferreira4@gmail.com. Cel. (16) 9. 9987-0440.

service. When addressing the educational legislation, beyond legality conquered and backed by a legal and regulatory framework, we should consider that the right to education implies access, permanence and quality of education. It also involves the conquest of an educational space that, by promoting equal opportunities for full development of people, makes the school, in addition to environment for the transmission of culture and socialization, a space for the construction of personal identity. However, to ensure that Inclusive Education reaches its goals, in addition to the need for continuous training and specialization of all professionals involved in the educational process, it becomes essential the implementation of public policies that provide a quality education to disabilities students at all stages of basic education. Thus, the present article aimed to highlight the benefits of the inclusion of small child with disabilities in early childhood education. The article is a clipping of Master thesis presented to the graduate program in Public Policy Planning and Analysis and, was performed through bibliographical research, that generated support for the study on the subject of child education in Brazil and to the process of inclusion of disabilities children in children's nursery. The information considered that the arrival of disabilities children to early childhood education is a reality and that their inclusion need to be ensured with quality.

Keywords: *children education. Inclusive education. disabilities children*

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é realidade e o seu crescimento na rede regular de ensino pode ser observado no cenário nacional. As políticas públicas de inclusão são um avanço para as pessoas com deficiência, visto que aquelas têm garantido os direitos destas, seja na educação, na saúde ou em qualquer outro serviço público. Ao abordar a legislação educacional, além da legalidade conquistada e amparada por um quadro normativo e legal, devemos considerar que o direito à educação implica acesso, permanência e qualidade do ensino. Envolve também a conquista de um espaço educacional que, ao promover igualdade de oportunidades de desenvolvimento pleno das pessoas, faz da escola, além de ambiente para transmissão da cultura e socialização, um espaço para construção da identidade pessoal.

O último censo demográfico realizado no Brasil (em 2010) indicou uma população aproximada de 190.755.799 brasileiros, sendo que as pessoas com deficiências correspondem à parcela de 45.606.048 (23,9%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre eles, 3.459.401 (7,53%) representam a faixa etária entre 0 e 14 anos, alunos da educação

infantil ao ensino fundamental, pessoas com as mais diversas deficiências: motora, mental ou intelectual, múltiplas, auditivas, visuais e ainda com altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o último censo escolar realizado em 2013 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as matrículas na educação infantil (creches) registraram um aumento da ordem de 7,5% entre 2012 e 2013. Isso se deve ao reconhecimento das creches como primeira etapa da educação básica, sendo que a maior parte das matrículas está sob responsabilidade das redes municipais de ensino, que abrangem 63,2% do total, e 36,6% estão sob a administração da rede privada, atendendo 2.730.119 alunos. As matrículas na pré-escola também cresceram passando de 4.754.721 para 4.860.481 (2,2%). Na somatória, 42.982 corresponde ao número de alunos incluídos na educação infantil, retratando um aumento de 6,2% em 2013 com relação a 2012.

A presente pesquisa apresenta o percurso traçado pela educação infantil ao longo da história frente à perspectiva de um ensino inclusivo. E buscou identificar como a gestão pública, coordenadores das instituições de educação infantil e educadoras analisam a implementação das políticas públicas de inclusão adotadas pelo município de Franca, se tais políticas asseguram o acesso, a permanência e o conhecimento da criança com deficiência.

Para entender o que hoje a educação infantil representa, é necessária a compreensão do cuidar e educar da criança que sofreu rigorosas reinterpretações até alcançar o que hoje é previsto e garantido pelas políticas públicas para a educação infantil, visando atender aos anseios da coletividade desassistida, na tentativa de garantir os direitos previstos pela Carta Magna. As políticas públicas viabilizam as ações e direcionam os recursos que possam atestar o direito da criança e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. A história da educação infantil assumiu diversas funções, sendo que o estigma assistencialista primou durante séculos com foco no zelo pela criança, até que o caráter pedagógico revelasse sua importância para a formação dos futuros cidadãos.

Já as discussões sobre a Educação Inclusiva partem das lutas que as pessoas com deficiência vêm assumindo para terem seus direitos reconhecidos. A proposta da educação inclusiva foi fundamentada a partir de eventos que marcaram as discussões a respeito da necessidade de melhorar a educação das pessoas com deficiência. O Brasil participou da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em 1990, e da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade”, em 1994 — encontros que consolidaram e deram mais visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência.

O reconhecimento das pessoas com deficiência e a afirmação de que elas possuem capacidade de aprendizagem como as pessoas que não possuem deficiência salientou a necessidade da promoção da autonomia e de serviços mais direcionados para esse público. Com isso, pais, profissionais e governo passaram a dar mais atenção a esta questão, a fim de oferecer uma educação com maior qualidade as pessoas com deficiência, na tentativa de sanar a discriminação sofrida pelas mesmas, dando-lhes dignidade e possibilidades de inserção social.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos das pessoas com deficiência ficaram fortalecidos, e muitas ações foram iniciadas para implementação de políticas públicas inclusivas. Leis, políticas públicas, decretos e muitos documentos legais passaram a dar diretrizes para o atendimento das necessidades básicas das pessoas com deficiência, com o propósito de garantir a igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino.

Assim, a conclusão do artigo apresentará análises e reflexões sobre a educação infantil e indicará a importância da inclusão de crianças com deficiência já na primeira etapa da educação básica.

1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como vimos anteriormente, a Educação Infantil é reconhecida legalmente como direito da criança assegurada pela

Carta Constitucional de 1988, a qual estabelece que esta etapa da educação deve ser promovida pelos municípios, está amparada pela LDB (1996) que também traz em seu texto a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança e temos ainda o Plano Nacional de Educação (2014), que reforça a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, entre outros documentos que reconhecem a criança e garantem o direito à educação para mesma.

Andrade (2009) reconhece que a criança legitimada como sujeito de direitos rompeu com o paradigma de criança frágil, inocente, dependente e incapaz e deu lugar à concepção da criança rica, forte, poderosa e competente, co-estruturadora de conhecimento e de identidade e cultura.

A criança passa a ser um indivíduo atuante no meio que está inserida e não mais passivo, sendo a escola um ambiente propício para conduzi-la a ampliar suas possibilidades de desenvolvimento. Moss (2002 p. 242) auxilia nesta compreensão da criança pequena como sujeito de direitos:

desse entendimento de criança como co-estruturadora, cidadã, agente, membro de um grupo, advém uma outra série de imagens. A criança como forte, competente, inteligente, um pedagogo poderoso, capaz de produzir teorias interessantes e desafiadoras, compreensões, perguntas e desde o nascimento, não em uma idade avançada quando já ficaram prontos. Uma criança com uma voz para ser ouvida, mas compreendendo que ouvir é um processo interpretativo e que as crianças podem se fazer ouvir de muitas formas (conhecimentos expressos em *As cem linguagens da infância*, de Magaluzzi). Em resumo, essa construção da criança produz uma criança “rica”.

O Referencial Curricular para Educação infantil (BRASIL, 1998, p. 17) também destaca que “a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível”.

O documento *Crerios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianas* (2009) destaca a importncia da educao infantil na defesa dos direitos das crianas.

- Nossas crianas tm direito a brincadeira
- Nossas crianas tm direito a ateno individual
- Nossas crianas tm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante
- Nossas crianas tm direito ao contato com a natureza
- Nossas crianas tm direito a higiene e a sade
- Nossas crianas tm direito a uma alimentao sadia
- Nossas crianas tm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginao e capacidade de expresso
- Nossas crianas tm direito ao movimento em espaos amplos
- Nossas crianas tm direito a proteo, ao afeto e a amizade
- Nossas crianas tm direito a expressar seus sentimentos
- Nossas crianas tm direito a uma especial ateno durante seu perodo de adaptao a creche
- Nossas crianas tm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (BRASIL, 2009, p.13).

Mantoan (2006a) acentua a importncia das instituies de ensino para o desenvolvimento da criana pequena e ainda refora que Estado e famlia tm o dever de proporcionar esse elo entre o ambiente familiar e as experincias com o mundo pblico. A

inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil remete às conquistas pelos direitos fundamentais da criança pequena, com ou sem deficiência, sem discriminação. É pensar a criança como sujeito de direito, com capacidade de aprendizagem, capaz de produzir conhecimento e externar o mesmo. Segundo Drago (2014, p. 96),

pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história.

A Educação Infantil é uma importante fase para criança, visto que nesta etapa ela passa por significativas transformações, no que tange ao seu desenvolvimento intelectual, físico, nas interações sociais, etc.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) atribui as experiências vividas na educação infantil como sendo importantes para o processo de construção de identidade, autonomia, ampliação de seu conhecimento de mundo, dentre outras, experiências estas que provêm desse primeiro contato da criança — com e sem deficiência — que frequenta a fase da educação infantil.

Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que

estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (BRASIL, 1998, p. 21).

Muitos teóricos têm discutido a importância de a criança ser estimulada a novas aprendizagens neste período escolar, ressaltando a importância da vivência da criança em ambientes que proporcionarão relações interpessoais e favorecerão sua conexão com o mundo. Para Stainback e Stainback (1999, p. 23),

as crianças aprendem muitas habilidades acadêmicas e também habilidades da vida diária, e comunicação e sociais através de interações com seus pares. Todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, precisam de interações professor-aluno, aluno-aluno que moldem habilidades acadêmicas e sociais.

Mendes (2010a, p. 48) contribui sobre o assunto ao falar da necessidade de estimular a criança nos primeiros anos de vida:

Nos primeiros anos de vida, devem ser abertas janelas de oportunidades para que a criança aprenda determinados tipos de aprendizagem, que se não forem adquiridas neste período crítico se tornam difíceis, quando não impossíveis, de serem adquiridas mais tarde. Assim, as novas descobertas científicas têm colocado cada vez mais em evidência a importância dos primeiros anos de vida e papel que o ambiente tem nesse processo, e esse avanço tem implicado uma crescente preocupação social como cuidado e a Educação Infantil.

Um estudo realizado em escolas de educação infantil em um município italiano traz alguns aspectos relevantes que devem ser levados em consideração nesta etapa da educação, com o propósito principal de promover o desenvolvimento da criança. O estudo considera três vertentes fortemente ligadas entre si que fazem parte de um único processo integrado de desenvolvimento da criança:

A autonomia, considerada como a construção da capacidade de agir e de estar bem sozinho e de viver relações solidárias com os outros.

A identidade, considerada como o amadurecimento de uma auto-imagem positiva e um sentimento de confiança em si mesmo e nas próprias capacidades.

As competências, consideradas a construção da capacidade de interiorizar e utilizar adequadamente os sistemas simbólico-culturais (ZABALZA, 1998, p. 99).

As três vertentes apresentadas nesse estudo são importantes para o desenvolvimento de todas as crianças independente de suas características e limitações, é permitir a criança de ter acesso às experiências que o ambiente pode lhe proporcionar, é pensar na criança com deficiência e refletir que são diferentes entre si, mas considerar que são todos sujeitos com capacidades.

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural (BRASIL, 1998, p. 33).

Sobre a importância da inclusão da criança pequena com deficiência, Ferreira e Guimarães (2003, p. 117) afirmam que

o contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprender a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer, convivendo com as diferenças e semelhanças individuais entre seus pares. TODAS as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente

educacional. Os alunos com deficiência, em especial, quando em ambiente inclusivos, podem apresentar melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional. Eles aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real”.

Assim sendo, a Educação Infantil é um ambiente que cultiva um papel marcante no desenvolvimento da criança. Sendo que, para a criança que possui algum tipo de deficiência, a participação precoce nas atividades proporcionadas pelas instituições de ensino infantil podem contribuir de maneira positiva no seu processo de desenvolvimento.

Vygotsky (1997, p. 17) destaca a importância da inclusão com deficiência em salas comuns e enfatiza que:

a criança cega ou surda pode obter o mesmo desenvolvimento que o normal, porém as crianças especiais alcançam de modo distinto, por um caminho distinto, com outros meios, e para o pedagogo é importante conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve conduzir a criança.

Kolucki (apud MENDES, 2010a, p. 249-250) expõe os principais impactos causados pela intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com deficiência:

Quanto maior o grau e a duração da privação (visual, auditiva e do movimento) mais permanente se torna a deficiência.

A limitação não se restringe ao sentido privado, mas se estende também para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Para a grande maioria das condições limitantes, o momento para iniciar a intervenção é crítico, sendo que em geral a intervenção (tratamentos clínicos, cirurgias ou exercícios) é mais bem-sucedida quando feita nos primeiros anos de vida.

A experiência afeta o desenvolvimento e inclusive o tamanho e a estrutura do cérebro, e é imperativo

que as crianças sejam diagnosticadas o mais precocemente possível para que possam receber atendimento que potencialize ao máximo seu desenvolvimento.

A inclusão de crianças com deficiência, de acordo com Bailey et al (1998 apud MENDES,2010a, p. 50),

é definida como a participação plena da criança com necessidades educacionais especiais em programas e atividades para crianças com desenvolvimento típico. Embora não esteja necessariamente limitada a participação em salas de aulas e centros infantis a princípio, as turmas e salas comuns se constituem no lugar onde o construto da Inclusão é normalmente operacionalizado.

Mendes (2010a), lembra-nos que a inclusão de crianças com deficiência traz benefícios para a mesma desde que a família veja-se envolvida e acredite no sistema de educação inclusiva, pois o envolvimento da família é crucial para o desenvolvimento da criança. Acompanhando o raciocínio desta autora, Ervin e Schreiber (1999) destacam como são importantes as relações nesse processo inclusivo, em relação aos apoios que devem ser considerados para crianças com necessidades educacionais especiais em programas inclusivos na Educação Infantil. E propõem as seguintes questões: quais são as expectativas atuais para o grupo das outras crianças? O que a criança com necessidades especiais está precisando no momento para ter experiências positivas e similares? Os autores sugerem, então, que sejam seguidos os seguintes princípios na definição dos apoios, mas alertam que tais apoios não podem interferir na autonomia das crianças:

Apoio deve ser mais comum, não-estigmatizante, e cuidadoso possível;

Deve-se sempre considerar a possibilidade do apoio ser fornecido pelos colegas;

As famílias devem estar envolvidas na identificação dos apoios;

Deve existir um clima que promova a pertinência e o espírito de comunidade, e não deixar nenhuma criança isolada ou estigmatizada. Todos os membros do grupo são considerados valiosos e iguais dentro do grupo, mas, ao mesmo tempo, com necessidades, desafios, talentos e interesses únicos;

Todos os apoios devem ser monitorados e avaliados, sendo que a fonte mais importante de informação, identificação e monitoração das estratégias de apoio é a criança com necessidades educacionais especiais, que deverá manifestar suas prioridades, preferências, aversões e interesses;

Os apoios devem refletir o direito das crianças em exercer controle além do ambiente e de suas próprias vidas (ERVIN; SCHREIBER apud MENDES, 2010a, p. 178).

O ensino inclusivo envolve estabelecer relações entre as famílias, colaboradores e comunidade que se movimentam em conjunto para promover a inclusão. Em especial, a relação com a família da criança com deficiência precisa ser mais próxima, pois estas são as pessoas com quem a criança tem mais intimidade e são as que mais conhecem sobre a criança.

Reconhecer que os pais são as pessoas que mais conhecem as crianças e que entendem muito sobre como cuidá-las pode facilitar o relacionamento. Antes de tudo, é preciso estabelecer uma relação de confiança com as famílias, deixando claro que o objetivo é a parceria de cuidados e educação visando ao bem-estar da criança (BRASIL, 1998, p. 80).

Salior (2002 apud MENDES, 2010a, p. 57) descreve experiências de um estudo, uma revisão abrangente das pesquisas sobre inclusão nos EUA:

Concluiu que a inclusão na Educação Infantil traz benefícios nos relacionamentos sociais; podendo ser viabilizada por meio de adequações curriculares, ensino colaborativo, envolvimento

da família, participação da comunidade, e que, além disso, é menos custosa do que programas segregados. Quanto aos benefícios na socialização, as evidências apontam que o engajamento social é maior em ambientes inclusivos; e, se não for, é possível melhorar as habilidades sociais de crianças com deficiências e minimizar casos de isolamento social por meio de intervenções específicas ou de práticas que preveem a construção de interações sociais como parte de currículo. As adaptações necessárias neste nível educacional consistem em adequações de materiais e atividades como o intuito de favorecer a participação de crianças com necessidades educacionais especiais podem ser facilmente adotadas.

A educação inclusiva na educação infantil carece de estudos que relatem os benefícios da inclusão da criança pequena com deficiência na creche no Brasil. Mendes (2010a) traz considerações de estudos realizados por alguns autores de diferentes nacionalidades que relatam sobre o impacto da estimulação precoce da criança deficiente e alerta que, no Brasil, “a ideia de uma proposta de inclusão escolar fazerem parte do sistema educacional das creches, ainda não permite que seja produzido o conhecimento necessário para se saber como deve ser a formação dos educadores dessas instituições”.

Sobre estes estudos, é válido mencionar algumas revisões sobre a inclusão na educação infantil que comprovam:

ambientes inclusivos podem favorecer o desenvolvimento das crianças por oferecer um meio mais estimulador (cognitiva, social e linguisticamente) do que ambientes segregados;

com suporte necessário e apropriado, as crianças pequenas com necessidades educacionais especiais podem tanto adquirir habilidades complexas quanto participar com sucesso de ambientes inclusivos;

a participação e pertinência são as variáveis chaves que dependem de atividades específicas que são dirigidas ou medidas pelo professor ou educador;

o engajamento social é maior em ambientes inclusivos;

é possível minimizar casos de isolamento social por meio de intervenções específicas ou de práticas que preveem a construção de interações sociais como parte do currículo (NISBET, 1994; ODOM, 1998, 2000, 2002; SAILOR, 2002 apud MENDES 2010a, p. 252).

A perspectiva de educação inclusiva na fase da educação infantil tem como missão gerar uma educação que ultrapasse o mero cumprimento da lei, buscando profissionais especializados em todas as áreas que envolvem a Educação Especial, tanto quanto investimentos substanciais na qualidade de sua formação profissional, visando promover uma educação de qualidade para as crianças com deficiência.

Na atualidade, a argumentação em favor da alta qualidade e programas de Educação Infantil é muito forte porque existem evidências claras e consistentes demonstrando que programas de alta de qualidade resultam em melhor desenvolvimento cognitivo, social e da linguagem para as crianças. Entretanto, os programas de Educação Infantil podem não atender padrões de alta qualidade e a consequência disso seria a colocação de crianças com dificuldades em programas de qualidade abaixo da adequada até mesmo para as crianças com desenvolvimento típico. Os demais valores, que têm pesado nas decisões dos pais, seriam a existência de serviços especializados que atendam às necessidades únicas de suas crianças e a oferta de suporte familiar, que raramente são encontrados nos programas regulares de Educação Infantil (MENDES, 2010a, p. 51).

Por todo o exposto até o momento, conseguimos perceber pontos cruciais quanto à necessidade da formação dos profissionais:

As crianças deficientes ou com necessidades especiais que frequentam a Educação Infantil precisam de profissionais capacitados, atentos para seus aspectos peculiares, capazes de promover a integração social e a aprendizagem delas. O

provimento desse tipo de formação está garantido em várias legislações que tratam da educação especial, e em geral se voltam para os professores, aos quais se credita a maior responsabilidade pelo processo de inclusão na escola (VEIGA, 2008, p. 169).

Outro ponto é a acessibilidade promovida dentro das instituições de ensino que ultrapassem apenas as questões estruturais e rompam com as barreiras atitudinais e comunicacionais que minimizam o processo inclusivo. Estas são questões que, se não enfrentadas de forma direta, atravancam o processo de construção de uma educação inclusiva na educação infantil. Temos como exemplo também as práticas mantidas pelo sistema educacional que, a toda evidência, atuam de forma padronizada: professores, gestão e todos envolvidos na educação acabam por ficarem restritos aos limites legais.

Percebemos que outros pontos, como as políticas públicas, servem à alavancagem da disseminação da ideia de inclusão na primeira etapa da educação. Por meio de leis mais coordenadas e afinadas num mesmo compasso, passaríamos a ter uma maior efetividade e eficiência para a conscientização dos benefícios que as ações inclusivas oferecem para a criança pequena durante a fase da educação infantil.

Neste sentido, e visando ao aprimoramento da atuação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, faz-se evidente a necessidade de uma rede de apoio de pessoas capacitadas que favoreça o desenvolvimento das crianças com deficiência que buscam na Educação Infantil uma fonte variada de estímulos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre o tema inclusão é ver-se diante de questionamentos, de conceitos com amplas interpretações, é traduzir a luta de pessoas que, por muito tempo, foram rotuladas e excluídas de muitos ambientes por sua condição orgânica, vista como mais importante que suas necessidades intelectuais, sociais e emocionais.

A inclusão na Educação Infantil acompanha as lutas históricas desta etapa educacional para a garantia de qualidade de serviços a todas as crianças como sujeitos sociais de direitos iguais. A Educação Inclusiva segue um modelo educacional referenciado por políticas públicas, porém estas são muito distantes da realidade escolar.

É preciso ressaltar, entretanto, que a edição de vários textos legais provocou mudanças nos sistemas educacionais brasileiros e ampliou o acesso desse público aos ambientes de educação formal nas últimas décadas. Dentre estes textos, a Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito à educação para todos indistintamente; a LDB, de 1996, amparou a educação infantil e legalmente reconheceu-a como primeira etapa da educação básica; e ainda a elaboração de vários documentos com a percepção mais nítida do direito à inclusão de deficientes na educação, sobretudo o documento elaborado pelo MEC, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

No que diz respeito à Educação, sob a perspectiva da proposta de Educação Inclusiva, tem-se que as instituições, educadoras e esfera pública organizam-se de forma teórica para tentar atender ao que é legalmente assegurado, porém a teoria somente alcançará resultados se colocada em prática. O processo de implementação de um ambiente inclusivo é criar relações de colaboração dentro do espaço escolar, incluindo educadores, famílias, gestão, especialistas e poder público. O princípio da educação inclusiva é acreditar que as crianças são muito além de suas deficiências, são sujeitos capazes e aprendizes. Construir uma instituição inclusiva é reconhecer que todas as crianças têm direito à educação, e esse direito não é prejudicado por sua deficiência.

Não podemos, sobremaneira, deixar de lado que estamos diante de um tema amplo, que urge por mais discussões, sempre com o foco na ampliação das possibilidades acerca da Educação Inclusiva superando as barreiras existentes, para que os princípios

inclusivos possam ser garantidos com qualidade nos espaços educacionais, desde a educação infantil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade. Educação Infantil, discurso, legislação e práticas institucionais. 2008. 172f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: República Federativa do Brasil. 2014. p. 2-7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 02 ago. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 09 abr. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. Critérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 2009.

- DRAGO, Rogério. Inclusão na educação infantil. 2 ed. Rio de Janeiro: WAK, 2014.
- ERWIN, E. J.; SCHREIBER, R. Creating Supports for Young Children with Disabilities in Natural Environments. *Early Childhood Education Journal*, v. 26, n. 3, p. 167-171, 1999.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- MENDES, Enicéia. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.
- MOSS, Peter. Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais. In: MACHADO Maria Lucia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; LOPES, Magda França. *Inclusão: um guia para educadores*. 1999.
- VEIGA, Márcia Moreira. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. *Revista Paidéia*, v. 5, n. 4, 2008.
- VIGOTSKY, Liev Semionovich. *Obras escogidas*. Visor, 1997.
- ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.